

pt notícias

Nº 31 - ano 1 - 13 a 19 de Janeiro de 1997

SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

E MAIS...

Cassado é interventor em Gurupi

p.3

Vereador gaúcho faz um alerta

p. 4

Fórum de prefeitos e vices em SP

p. 5

Deputado escreve sobre o ITR

p.6

Famílias ameaçadas no Maranhão

p.7

Ato

O Fórum das Oposições, do qual o PT faz parte, promoverá no dia 14, às 14h, em Brasília, manifestação contra a emenda que permite a reeleição do presidente da República. O ato contará com a participação de diversas entidades da sociedade civil, movimentos populares e centrais sindicais.

O presidente nacional do PT, José Dirceu, esteve quinta-feira, dia 8, em Brasília, quando se reuniu com líderes do PDT e do PC do B. No encontro, ficou decidida a participação desses partidos no ato do dia 14. Os líderes governistas na Câmara programaram para o dia 15 a votação, em primeiro turno, da emenda constitucional da reeleição.

O Fórum das Oposições também lançará um manifesto contra a reeleição e em favor da realização de plebiscito para a definição do tema. A Comissão Executiva Nacional do PT enviou correspondências às lideranças, diretórios regionais e municipais do Partido pedindo a realização de mobilizações contra o projeto.

contra a reeleição

Fórum das Oposições organiza para o dia 14 manifestação contra a emenda em Brasília

A líder do PT na Câmara dos Deputados, Sandra Starling, reuniu-se no dia 8 com dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para articular a participação da entidade no ato do Fórum das Oposições. A CUT, junto com outros movimentos sociais, como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), organizará caravanas rumo a Brasília para o ato.

No País, a mobilização também continua. No dia 9, em Belo Horizonte (MG), foi inaugurado comitê contra a reeleição, que confirmou ida de caravana no dia 15 para acompanhar a votação da emenda. Fazem parte desse comitê a CUT, Federação Democrática dos Metalúrgicos, Sindicato dos Jornalistas, OAB, PT, PSTU, PC do B e PMN.

Em Goiânia (GO), a CUT, União Estadual dos Estudantes (UEE), sindicatos, além do PT, PC do B, PSB e PDT, articulam, desde dezembro, ações contra a aprovação da emenda. Está previsto um ato público para o próximo dia 17.

Cepa da videira

Os soviéticos tiveram em mãos a oportunidade histórica de transformar, para melhor, o destino da humanidade. Porém, motivos de planejamento e executivos – de percurso, posso assim dizer – os impediram daquilo completar, e houve outros mais complexos. Citarei apenas dois, que, no meu parco entender, considero importantes.

Primeiro, porque a *revolução* não foi doutrinação, sim feita do vértice para a base da sociedade. Segundo, porque o capitalismo, dominador secular na sociedade humana, não dispo de argumentos sócio-ideológicos e filosóficos para combater a nova ideologia, apelou para o recurso mais poderoso, embora vil, o dinheiro. E investiu desesperadamente em armas.

Os novos socialistas, obtusos ainda, não compreenderam o jogo das caríssimas cartadas capitalistas, postas na mesa. E, para que o *socialismo* não perecesse no nascedouro, foram “pa-



gando pra ver”, ou seja: fazendo o mesmo, investindo em armas, desviando, assim, fabulosos recursos que, certamente, teriam fortalecido o prisma social da *revolução*.

Aquela *revolução* lançou uma semente que germinou, cresceu, frutificou, se disseminou em nosso planeta e está

incubada, porém fértil, na terra ubérrima da mente humana. É só esperar nova germinação.

Ela é semelhante à videira que foi cortada rente, ficando a terra nua, mas a cepa está viva sob o solo, aquela fértil terra de onde brotará em tempo exato, pois não pereceu. O tempo será a exata e sensata conscientização da comunidade humana, a lutar pela sua liberdade verdadeira, que será quebrar as algemas que a domina, os grilhões do capitalismo sanguinário, perverso, possessivo, opressor e milenar explorador de povos e do povo/massa.

Jorge Moreira Julião, Belém (PA)

Home page/ e-mail

SENADORES:

Benedita da Silva (RJ):

bene@senador.senado.gov.br

Eduardo Suplicy (SP):

esuplicy@senador.senado.gov.br

José Eduardo Dutra (SE):

zedutra@senador.senado.gov.br

Marina Silva (AC):

marinasi@senador.senado.gov.br

DEPUTADOS FEDERAIS:

Domingos Dutra (MA): cam280

@cr-df.rnp.br

Esther Grossi (RS):

esther@brnet.com.br

Humberto Costa (PE):

humberto@brnet.com.br

Luciano Zica (SP): http://

www.geocities.com/CapitolHill/1830

luciano.zica@mpcbbs.com.br

Luiz Gushiken (SP):

gushiken@tba.com.br

Marcelo Deda (SE): cam383

@cr-df.rnp.br

Marta Suplicy (SP):

msuplicy@solar.com.br

Milton Mendes (SC):

milpts@cdsid.com.br

Miguel Rosseto (RS): http://www.cr-

df.rnp.br/cam385

VEREADORES ELEITOS:

Ricardo Alvarez (Santo André – SP):

ricardo@regra.com.br

Novo escândalo em Gurupi

Num gesto de autoritarismo e abuso de poder, o governador de Tocantins, Wilson Siqueira Campos (PPB), decretou intervenção na Prefeitura de Gurupi, nomeando como interventor o candidato cassado nas eleições municipais de 1996, João Cruz (PMDB). O ato desrespeitou as constituições Estadual e Federal, que estabelecem em quais situações o Estado pode intervir em um município. No caso de Gurupi, o fato concreto é que havia vacância dos cargos de prefeito e vice, em virtude da anulação das eleições por fraude. O correto seria assumir o posto interinamente a diretora do Fórum, a juíza Edilene de Amorim Natário, até que a Justiça se pro-

nunciasse sobre a anulação do pleito.

No dia 26 de dezembro, o PT de Tocantins conseguiu cancelar a apuração dos votos, que o TRE insistia em realizar, mesmo diante das evidentes fraudes ocorridas na eleição. A Justiça local determinou, então, que a juíza Edilene assumisse a Prefeitura interinamente em 31 de dezembro. Mas o governador Siqueira Campos passou por cima dessa decisão judicial e nomeou João Cruz através de dois decretos, não votados pela Assembléia Legislativa, como prevê a Constituição. Os deputados só foram convocados, extraordinariamente, no dia 7, para votar os decretos e “dar um

ar de legalidade a sua postura imperial”, conforme escreve a coligação Gurupi Esperança (PT, PSDB e PC do B) em carta aberta à população. A coligação concorreu à Prefeitura com o candidato Jaime Xavier (PT), que liderou as pesquisas eleitorais, com mais de 50% das intenções de voto, enquanto João Cruz esteve fora do páreo.

A coligação tenta na Justiça a realização de uma nova eleição em Gurupi e entrou com mandado de segurança no TSE, no dia 9, para barrar a intervenção irregular praticada pelo governador. “A situação aqui beira o surrealismo”, sintetiza o secretário-geral do PT de Tocantins, Paulo Henrique.

Férias forenses adiam recursos

A situação eleitoral em Campo Grande (MS) e em Poços de Caldas (MG), onde o PT recorreu à Justiça contra o resultado das eleições, permanece indefinida em virtude do recesso do Judiciário.

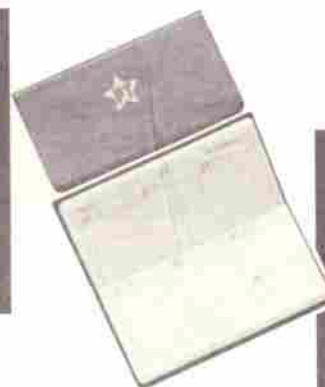
Em Campo Grande, o juiz Sidini Pimentel, responsável pelo julgamento do pedido de anulação do pleito feito pelo PT, entrou em férias até o final do mês. No seu lugar, assumiu o juiz Jorge da Silva Frias, que não se pronunciará por não ter acompanhado o processo desde o início.

Em Poços de Caldas, com o recesso do TRE, o recurso extraordinário do PT deverá ser julgado depois do dia 25.

Comece o ano com as novas agendas do PT



Agenda Grande
 Preço de venda (unitário): R\$ 10,00
Descontos:
 acima de 5: 5%
 acima de 10: 10%
 acima de 20: 15%
 acima de 30: 20%
 acima de 50: 25%



Agenda de Bolso
 Preço de venda (unitário): R\$ 3,00
Descontos:
 acima de 10: 5%
 acima de 20: 10%
 acima de 40: 15%
 acima de 60: 20%
 acima de 100: 25%

ATENÇÃO:

- O frete é por conta de quem compra.
- Para todos os casos aceita-se cheque para 28 dias.
- Pagamento à vista recebe mais 5% de desconto.

PEDIDOS E INFORMAÇÕES: Rui Alencar - Fone 011-223.3944, ramal 225 - Fax: 011-222.9665

Porto Alegre: não à fetichização

Na última reunião do Diretório Nacional e no seminário sobre O Modo Petista de Governar, ouvi uma quase fetichização do governo democrático e popular de Porto Alegre, bem como do PT gaúcho.

É verdadeiro que nós, porto-alegrenses e gaúchos, demos contribuições na elaboração política do PT e de nossos governos, como foi o caso do Orçamento Participativo, da Cidade Constituinte, da Mercocidade, bem como da convivência mais harmoniosa dos petistas daqui que dos de São Paulo, por exemplo, mas temos nossos defeitos.

Não reconhecer isso é cair na soberba,

na petulância e qualquer “queda do padrão” tudo pode ruir e se acreditar que nada terá mais jeito, já que, em Porto Alegre, também temos problemas.

Isso é extremamente perigoso!

Condeno veementemente a disputa sem ética que se deu em Diadema e Santos. Mas, e o que teve de diferente em nossa derrota em Ronda Alta, onde deixamos de ser governo pela terceira vez?

Aqui, não houve filiações de balaio para as prévias na disputa da prévia. Mas é correto fazer o que se faz aqui em vários municípios, como trancar filiações, obrigar o filiado a passar por um teste ideológico?

Aqui, regra geral, o que tremulam no ar são bandeiras coloridas do PT, a maioria vermelhas, mas há azuis (do Grêmio), verdes (dos ecologistas), lilás (das mulheres) e não dos candidatos. Aqui se fazem caravanas da cidade para o Interior. Mas nesta eleição houve um diretório que trocou essas multicoloridas bandeiras pelo nome do candidato e escondeu os caravaneiros!

Aqui, no último Encontro Estadual, uma tradição gaúcha foi quebrada: a chapa perdedora não ficou com a secretaria geral do Partido.

Em termos de Administração, somos um exemplo e o povo reconhece isso. Mas será que não devemos uma política mais ousada de desenvolvimento econômico e social? Onde está nossa política para o Turismo? Afinal, queremos ou não ser o “centro” do Mercosul? Uma cidade onde o esporte está nas camisetas das ruas de nosso cotidiano não teria capacidade de fazer mais? Onde estão as parcerias para se contrapor ao governo Britto?

Qual o peso que estamos dando à luta contra os monopólios dos meios de comunicação? Será que basta falar mal da RBS (a Globo local)?

E, afinal, a escolha dos secretários para o nosso terceiro governo respeitou as forças internas, o peso dos nomes, a qualificação das pessoas?

Este é meu alerta! Porto Alegre é bom, mas ótimo mesmo é a cautela!

Vereador Adelli Sell, Porto Alegre (RS)

Calendário 97



1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13



Calendário/cartaz
PT-1997 Preço
unitário: R\$ 6,00
Para quantidades
acima de 6,
descontos
progressivos

Procure o diretório de sua cidade. Ou ligue para o Diretório Nacional: (011) 223 3944 ramal 225

FESTIVAL - Será realizado, de 20 a 23 de março, em Buenos Aires, Argentina, o Primeiro Festival Internacional de Cinema e Vídeo sobre Direitos Humanos na América Latina e Caribe, o DerHumAlc. A finalidade do evento é promover um foro de reflexão e debate que ponha em dia a questão dos Direitos Humanos na América Latina e Caribe. São convidados a participar cineastas e videastas independentes sensíveis a essa questão. O festival está sendo organizado pela Fundação Sergio Karakachoff, com patrocínio, entre outros, da Unesco. **Fundação Sergio Karakachoff: 0054-1-384-8561 e 382-0218**

PREFEITOS - A primeira reunião do Fórum de Prefeitos e Vice-prefeitos do PT de São Paulo será nos dias 31 de janeiro e 1 de fevereiro, na cidade de Franca. A criação do Fórum foi a principal decisão do encontro com os eleitos em 1996 para os Executivos municipais do Estado, realizado em 29 de dezembro. Os temas da reunião serão o quadro político no Estado; a situação financeira das prefeituras do PT; os efeitos da municipalização do ensino e a avaliação das eleições em São Paulo. No encerramento, será escolhido o coordenador do Fórum e montado o calendário de reuniões para 97. **Secretaria Estadual de Assuntos Institucionais-SP: (011) 224-1946**

SEMINÁRIO - A Secretaria de Formação Política da Microrregião de Lins e a Secretaria Estadual de Formação Política do PT/SP realizarão, no dia 19 deste mês, seminário sobre a atuação do vereador petista. Serão abordados o papel do vereador do PT e sua relação com o projeto democrático popular. A abertura do seminário será feita pela prefeita de Lins, Valdevez Moia. **PT-Lins: (014) 523-1687**

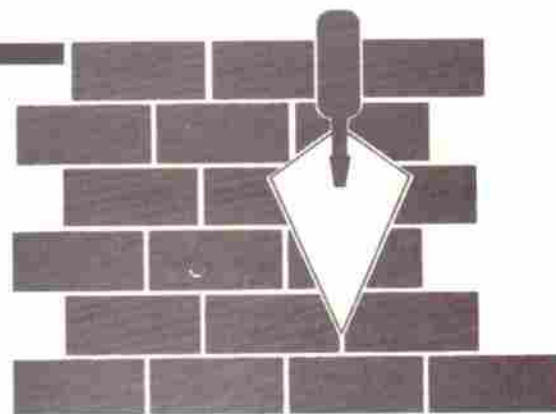
Uma visão crítica - II

Nascemos das manifestações e das organizações populares, do desejo e da luta por justiça, por verdade. Da luta pela não-aceitação da opressão. Querendo retratar em nossas ações a poesia pura e materializarmos a utopia de uma sociedade igualitária, democrática e harmoniosa. Sacamos que a fraternidade é imprescindível e nos rotulamos companheiros. Apresentamo-nos à massa que supomos analfabeta ou assim foi tornada pelo silêncio das baionetas e/ou atrativos aliadores dos donos dos bens.

Temos, de fato, a melhor proposta de sociedade, do ponto de vista da felicidade, tendo por base a dignidade humana. Temos os melhores quadros em termos de idealismo, capacidade técnica e honestidade.

Então, por que não ganhamos as eleições? Ou, mais fundo, por que perdemos eleições onde já éramos governo, excelente governo, como em Santos? Será o rolo compressor da mídia? Será a luta com os sem-caráter e desigual em termos de recursos financeiros? Será o PT que derrota o PT?

Um pouco de tudo, com certeza. Mas ganhamos folgado em Porto Alegre. Talvez eu não seja dos maiores conhecedores de cada realidade mas, pelo que sei da prática do orçamento participativo do Sul, do vacilo de quase perder em Angra – aqui pertinho –, da agrura de morrer a duas braças da praia com Chico aqui no Rio, pelo desprezo à maioria das candi-



daturas a vereador aqui no Rio, concluo que o PT precisa resgatar o PT.

O PT nasceu missionário, batendo de ombro em ombro em cada companheiro que foi conquistado. E tem que voltar a isso, ao trabalho de base, às entidades de base da sociedade, aglutinando pessoas. E voltar a isso não significa voltar no tempo. Na prática é valorizar quem está lá escarafunchando, contra a maré, nas associações de moradores, nas comunidades de base das igrejas, nos sindicatos.

Valorizar de forma pelo menos igual, e não mais que igual, que hoje se valorizam os petistas de gabinete e de tendências. E fazer isto é valorizar o construtor anônimo do PT sem menosprezá-lo em relação aos que por suas tarefas junto aos centros de poder se tornam mais evidentes. Isto é uma prática igualitária. E fazer isto é de fato valorizar o povo do PT. Aí a gente ganha eleição. E segura ela. Afinal, quem vota é o povo. E, para quem tem a mídia toda como parte do arsenal do inimigo, sobra somente o povo do PT.

Pela valorização do petista de base, carregador de pedras, virador de massa e assentador de tijolo! Já! Sociedade igualitária. começando por aqui!

Abílio Valério Tozini, Rio de Janeiro

ITR - O blefe do ano

O ano de 1996 concluiu com a consagração de um grande blefe político do Governo: a nova legislação sobre o Imposto Territorial Rural-ITR (Lei nº 9.393/96). E isto com o apoio decisivo de grande parte da mídia nacional, que não tem poupado elogios descabidos e adjetivos supostamente redentores do anacronismo do quadro fundiário brasileiro à iniciativa governamental. Teve até quem saudasse a proposição do Governo como o marco do fim do reino das sesmarias no Brasil. Ainda hoje, o chato e tucaníssimo "Senador Caxias" da novela *O Rei do Gado* massacra a opinião pública com suas bajulações diárias de FHC e Jungmann, propalando os efeitos fictícios da lei em favor da Reforma Agrária.

Como tentaremos mostrar na seqüência, o distanciamento entre a propaganda e a realidade da legislação é tão evidente que a encenação da bancada ruralista no Congresso prometendo oposição irrestrita ao Governo por conta da iniciativa em questão foi comprovada pelo tempo recorde com que se chegou a um acordo sobre os termos da proposição, praticamente sem alterações em sua configuração original.

Convém deixar claro que, definitivamente, a histórica ineficácia do ITR, no plano fiscal assim como nos aspectos fundiário e ambiental, sempre teve como causas exclusivas a inépcia e a contaminação moral próprias da administração do tributo. Alterações das normas legais desse imposto, com novas tabelas "punitivas" do latifúndio improdutivo e "restauradoras" da efetividade dos seus propósitos, não são novidade. O resultado todos conhecemos. Somente o sr. Fernando Henrique já patrocinou duas reformulações legais da ITR: a atual MP e a lei

anterior, quando ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco.

Mas, analisemos concretamente os principais aspectos da lei, tidos como desestruturantes do latifúndio. A lei anterior (nº 8.847/94) previa dispositivo impondo a progressividade no tempo para o ITR sobre os imóveis improdutivos. Ou seja, a cada ano, o imóvel mantido com grau de utilização da terra inferior a 30% tinha a sua alíquota multiplicada por dois. Após quatro anos, a alíquota utilizada para um latifúndio nestas condições seria de 36. Sintomaticamente, tal dispositivo foi suprimido da nova lei, significando que a alíquota máxima a ser aplicada a esse latifúndio, independentemente do tempo em que permaneça ocioso, será sempre de 20. Desta feita, ao contrário do enfatizado na violenta campanha publicitária do Governo, o latifúndio improdutivo foi o grande beneficiado com o novo ITR. Curioso que o Governo sequer deixou surtir os efeitos desse instituto da progressividade. A Lei 8.847/94 teve os seus efeitos a partir de 1995 e, um ano depois, o presidente da República editou medida provisória revogando-a.

Além disso, há que se destacar os vários casos de deformações da Tabela de Alíquotas fixada pela nova lei, o que lhe imprime um caráter altamente punitivo às regiões mais pobres do País e, ainda, um forte componente de regressividade social. Vejamos: o aumento de 4,5 para 20 nas alíquotas dos maiores e mais improdutivos latifúndios (acima de 5.000 hectares e Grau de Utilização da Terra-GUT entre 0 e 30%) implica um crescimento relativo de 344%. Já os imóveis de até 25 hectares,

localizados em qualquer região do País, com GUT entre 0 e 30% e não caracterizados como pequenas glebas, tiveram um incremento de alíquota de 400%. Na Amazônia Ocidental ou no Pantanal, um imóvel produtivo de 80 hectares teve a alíquota aumentada em 550%, enquanto um imóvel de 4.000 hectares com o mesmo GUT teve o imposto aumentado em apenas 100%.

A punição também alcança as regiões da Amazônia Oriental e do Polígono das Secas, onde uma pequena propriedade produtiva de 51 hectares teve aumento de alíquota proporcionalmente igual ao dos maiores latifúndios improdutivos do Brasil (333%). Há ainda distorções internas nestas regiões: um latifúndio de 25.000 hectares, por exemplo, experimentou aumento de apenas 166%, ou seja, 100% inferior ao caso do pequeno imóvel antes mencionado.

Afora os fatos anteriores, a nova legislação define o caráter declaratório para o ITR, fato que, na própria opinião de uma das grandes lideranças patronais do setor agrícola durante recente audiência pública promovida pelo Senado, será um convite para a sonegação do tributo, à medida que o poder público não terá condições de fiscalizar a veracidade das informações declaradas. Vinculado a isto, o Governo extinguiu o Valor da Terra Nua mínimo-VTNm, que funcionava como uma garantia para um patamar mínimo de arrecadação do ITR.

Por tudo isso e outros aspectos mais, a nova lei do ITR foi, de fato, o grande blefe de 1996.

Geraldo Pastana é deputado federal (PA) e secretário Agrário Nacional do PT

Jagunços cercam 64 famílias

Sessenta e quatro famílias, que há três gerações ocupam 1.600 hectares de terra no município de Santa Rita (MA), estão sofrendo ameaça de despejo. A situação está tensa, uma vez que os proprietários da área, os grupos Ipyoca e Persen Agroindústria Ltda., puseram jagunços armados para fazer cumprir liminar judicial expedida no dia 2. Os capangas mantiveram como reféns, durante todo o dia 6, as famílias e pessoas que foram ao local prestar solidariedade aos moradores ameaçados, entre elas o prefeito de Santa Rita, padre Oswaldo Fernandes, e o vice-prefeito de São Luís, ex-depu-

tado Domingos Dutra, ambos do PT.

O deputado Haroldo Sabóia (PT/MA) solicitou providências ao ministro da Justiça, Nelson Jobim. Atendendo a pedido do ministro, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, ordenou que a Polícia Militar se retirasse do local. Porém, foram mantidos alguns Pms para garantir a segurança dos trabalhadores rurais. No dia 8, entidades de defesa dos Direitos Humanos do Maranhão impetraram mandado de segurança, junto ao Tribunal de Justiça, para suspender a decisão do juiz da Comarca de Rosário, que determina o despejo.

Segundo Domingos Dutra, a decisão judicial é nula, uma vez que o processo é apenas contra quatro pessoas. No entanto, o juiz acrescentou por conta própria a expressão "outros" para que todas as famílias sejam expulsas. A ordem causou estranheza ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Maranhão, pois há alguns meses, depois de sete anos de conflito na região, as empresas concordaram em vender a área para o Estado. Segundo padre Oswaldo, no dia 7, a governadora Roseana tentou negociar com os proprietários a compra da área, mas eles se negaram a vender e querem o despejo.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária

Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)

Depósito bancário nominal para Partido dos Trabalhadores, Banco do Brasil Ag. 3323-5 - Barra Funda - SP - c/c nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc Fem Filhado ao PT: sim não

ASSINE O SEMANÁRIO

pt notícias

Reeleição assim é golpe!

Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 São Paulo/SP
Fone (011) 220.2103

Governo endurece com os sem-terra

A ocupação de cinco fazendas no Pontal do Paranapanema (SP) pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dia 6, levou o Governo Federal a suspender o processo de desapropriação das áreas. O MST ocupou as fazendas, em resposta à morosidade do Governo em tomar medidas concretas para a arrecadação de terras públicas e às ações armadas dos latifundiários da recriada (UDR). Para o secretário Agrário Nacional do PT, deputado federal Geraldo Pastana, a postura do Governo é um retrocesso, uma vez que a luta dos sem-terra acelerou o processo de Reforma Agrária no País.

- **15 de janeiro** – Último dia para requerimento de justificacão de ausência no 2º turno das eleições (em 15 de novembro)
- **16 de janeiro** – Ato público contra a reeleicão. Goiânia
- **25 de janeiro** – Congresso da Confederaçãõ Nacional dos Trabalhadores da Educaçãõ. Cuiabá
- **25 e 26 de janeiro** – III Reuniãõ de Reflexãõ sobre a América Latina. Cidade do Méxicõ
- 26 a 31 de janeiro** – 6º Encontro do Secretariado Latino-Americano por Vivenda Popular. Colômbia
- **27 a 30 de janeiro** – 1º Congresso da Organizaçãõ Política Lavalas. Port-au-Prince, Haiti
- **31 de janeiro e 1 de fevereiro** – Fórum de Prefeitos e Vice-prefeitos do PT do Estado de São Paulo. Franca
- **1 e 2 de fevereiro** – Seminário Municipal do PT-São Paulo
- **1 e 2 de fevereiro** – Reuniãõ do Diretório Nacional, São Paulo
- **4 de fevereiro** – Congresso de Unificaçãõ da Aliança de Partidos de Esquerda de Israel. Tel Aviv
- **21 a 23 de fevereiro** – 9º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. São Paulo
- **26 a 28 de fevereiro** – I Encontro Latino-Americano da Associaçãõ Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA). São Paulo
- **8 de março** – Lançamento da Campanha Contra a Violência Doméstica e pela Paternidade Responsável
- **15 e 16 de março** – Reuniãõ da Secretaria Operativa da Conen – Coordenaçãõ Nacional de Entidades Negras
- **16 a 20 de março** – 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde. Rio de Janeiro, Hotel Glória
- **20 a 23 de março** – 1º Festival Internacional de Cinema e Vídeõ Sobre Direitos Humanos na América Latina e Caribe. Buenos Aires (Argentina)
- **16 a 19 de abril** – Conferência Internacional sobre Siderurgia/Mineraçãõ. Vitória (ES)
- **maio** – Seminário conjunto da Conen (Coordenaçãõ Nacional de Entidades Negras) com a NBA (organizaçãõ de advogados e advogadas negros dos Estados Unidos). Salvador e Rio de Janeiro

ptnotícias
SEMIÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Rua Conselheiro Nêbias, 1052, Campos Eliseos, São Paulo (SP) — Cep 01203-002

IMPRESSO